



## 8º Encontro Internacional de Política Social 15º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Questão social, violência e segurança pública:  
desafios e perspectivas

Vitória (ES, Brasil), 16 a 19 de novembro de 2020

---

Eixo |: Questões Agrária, Urbana e Ambiental.

### “Nasce uma nova favela na estação de Moça Bonita”: A Luta por moradia dos habitantes da Vila do Vintém no final da década de 1940

Henrique Mendes dos Santos<sup>1</sup>

**Resumo:** Situada entre os bairros de Realengo e Padre Miguel na Zona Oeste do Rio de Janeiro, a Favela Vila do Vintém conta com aproximadamente 15.298 habitantes segundo o IBGE. Seus primeiros registros datam da década de 1930 quando trabalhadores da linha férrea que adensava o seu processo de expansão rumo ao subúrbio começaram a eleger este espaço enquanto local de moradia. A inquietação aqui presente reside em compreender como ocorreu o processo de luta por moradia impetrado pelos habitantes deste espaço, sobretudo no ano de 1948, período este no qual o Estado inicia um processo de erradicação das Favelas tratadas como verdadeiras “chagas” no tecido urbano, para isso procurou-se analisar as reportagens de periódicos cariocas que procuraram retratar a questão.

**Palavras-Chave:** Favela; Território; Moradia.

**Abstract:** Located between the neighborhoods of Realengo and Padre Miguel in the West Zone of Rio de Janeiro, Favela Vila do Vintém has approximately 15,298 inhabitants according to IBGE. Its first records date back to the 1930s when workers on the railroad line that was increasing its expansion process towards the suburbs started to choose this space as a place of residence. The concern here is to understand how the struggle for housing occurred by the inhabitants of this space occurred, especially in 1948, a period in which the State began a process of eradicating the Favelas treated as true “wounds” in the urban fabric, for that purpose we tried to analyze the reports of Rio periodicals that tried to portray the issue.

**Key words:** Favela; Territory; Home.

## INTRODUÇÃO

Lugar da violência, da marginalidade, da pobreza material e política, falta de acesso a serviços básicos e de construções ditas irregulares, assim as Favelas têm sido retratadas desde o seu surgimento no início do século XX. Para além da consideração dos seus habitantes enquanto sujeitos de “carne e osso” que habitam a cidade e que por isso mesmo participam do seu desenvolvimento, há quase um lugar comum no sentido de considerar as Favelas enquanto espaços de falta, no qual os seus moradores são sempre objetos a esperar por soluções que ora vem do Estado, ora vem do “Deus” Mercado.

O seminal trabalho de Valladares (2015) apresenta a importante tese de que que a construção da imagem da favela possui um “mito fundador”, que tem origem no século

---

<sup>1</sup> Doutorando em Serviço Social pela PUC-RIO. Professor Auxiliar da Universidade Castelo Branco (UCB). E-mail: henriquedj@hotmail.com.

XX. A autora defende que “as representações sobre este espaço são tributárias daquelas desenvolvidas durante as décadas iniciais do referido século”. Diante disso, é durante as décadas de 1910 e 1920 que devemos procurar as chaves para compreender como esse fenômeno tem sido retratado.<sup>2</sup>

Paulatinamente, a favela vai sendo retratada como o espaço da violência, da falta de asseio e das epidemias. Valladares (2015) aponta que os cronistas da época, ao fazer uma clara analogia com a obra de Euclides da Cunha, queriam, na verdade, apontar o quanto o sertão estava presente nas Favelas, ou seja, lugares distantes e de difícil acesso para os viajantes, cujo quadro era de pobreza e desolação.

Leva-se em conta que as análises sobre as Favelas tanto no campo do Jornalismo quanto no campo das Ciências Sociais têm de forma hegemônica privilegiado aquelas situadas nas regiões centrais e na Zona Sul carioca, olvidando aquelas situadas nos bairros da Zona Norte e principalmente na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Assim, nosso interesse recai em compreender o processo de construção e sobretudo a resistência impetrada por seus moradores no sentido de luta pelo direito a moradia em um período especialmente conturbado para os moradores de Favela, aquele situado entre 1948 e 1949.

Desta forma, o objeto de análise deste trabalho é a compreensão do processo de resistência dos moradores da Favela Vila do Vintém no sentido de luta por moradia. O material de consulta foram cinco importantes periódicos cariocas, a saber: Correio da Manhã, Diário de Notícias, Jornal do Commercio e Tribuna Popular.

## **DESENVOLVIMENTO**

### **1. Alguns apontamentos sobre a categoria espaço**

---

<sup>2</sup> Segundo a autora, o livro *Os sertões*, de autoria de Euclides da Cunha, seria o marco para compreendermos a origem da ideia de favela, uma vez que é a partir dessa seminal obra que a intelectualidade brasileira da época passa a utilizar o conteúdo dessa publicação como inspiração para caracterizar esse espaço urbano do então Distrito Federal, que começava a crescer e chamar a atenção. Nesse caso, é interessante notar que é a literatura que começa a influenciar na percepção do espaço urbano antes mesmo das ciências sociais e das possibilidades de pesquisa que, com ela, se engendram.

Uma categoria importante para pensarmos os territórios é a de espaço. Segundo Lefebvre (2016), o conceito de espaço liga o mental e o cultural, o social e o histórico, tem a ver com a descoberta de espaços novos ou desconhecidos, com a criação de obras e de novos cenários. Nesse caso, é preciso pensar sempre em um espaço multifacetado, que integra e, ao mesmo tempo, desintegra o nacional e o local, sendo um processo pleno de contradições.

A construção do espaço urbano vai acompanhar a forma sob a qual o trabalho se estrutura de acordo com as diferentes fases do capitalismo. Em sua fase monopolista e, sobretudo, a partir da égide do fordismo, este se apresenta a partir da divisão entre o centro comercial e os subúrbios. Essa divisão se dá de modo desigual e irá se manifestar nas formas de representação cultural, na hierarquia dos grupos, sob as formas de consumo, e na atuação e na influência dos grupos sociais (LEFEBVRE, 1999).

Baseado nos estudos de Harvey (2006) e Granou (1976), Alvarez (2017) vai constatar que a sobrevivência do capitalismo no período pós-guerra deve ser compreendida por dois planos: a necessidade de maior integração dos países periféricos ao circuito geral de acumulação e a viabilização ampliada do excedente do capital acumulado nos próprios países centrais. Todavia, para que isso ocorresse, seria necessário um domínio do Estado e das corporações na produção do espaço urbano a partir de um cotidiano disciplinado pelo trabalho e pelo consumo.

Esse espaço hierarquizado deveria expressar a racionalidade inerente àquele tempo histórico. O urbanismo modernista estava, portanto, subsumido ao modo fordista.

Mais do que garantir as condições gerais de produção do capital, as cidades precisavam expressar a suposta racionalidade, eficiência, satisfação e beleza da sociedade de produção e consumo de massa. O urbanismo modernista ofereceu as concepções possíveis naquele momento ao conceber as cidades a partir de funções que deveriam ser hierarquicamente separadas ao privilegiar a circulação de automóveis, ao buscar, através das formas e da distribuição dos volumes, a inserção da arquitetura no bojo da constituição da sociedade de consumo de massa. As razões e os sentidos da produção fordista acabaram por hegemonizar o urbanismo modernista, abrindo-se a possibilidade da produção, em escala, da cidade e de seus fragmentos. (ALVAREZ, 2017, p. 66).

Contribui para isso a forma como o capital se organiza para continuar o seu processo de acumulação. Nesse caso, todo o sistema calcado na lógica do fordismo e na

ideia de modernidade vai dando lugar a uma produção do espaço cada vez mais flexível e que vai apresentar mudanças no próprio papel do Estado na sua organização.

Dessa forma, concordamos com Alvarez (2017) quando esta afirma que, no âmbito da economia mundializada, a capacidade do Estado produzir e conservar as políticas sociais se esvai, havendo, portanto, uma intensificação das lutas urbanas.

É preciso levar em conta que a produção do espaço em escala global, na atualidade, se dá de forma desigual, uma vez que os países da periferia do capitalismo acabam sofrendo com as decisões tomadas no centro. Além disso, devemos considerar também as já existentes disparidades locais que contribuem para os contrastes regionais, pois, segundo Santos (2008),

Enfim, o espaço dos países subdesenvolvidos é marcado pelas enormes diferenças de renda na sociedade, que se exprimem, no nível regional, por uma tendência à hierarquização das atividades e, nas escalas do lugar, pela coexistência de atividades de mesma natureza, mas de níveis diferentes. Essas disparidades de renda são menos importantes nos países desenvolvidos e influenciam muito pouco o acesso a um grande número de bens e serviços. Ao contrário, nos países subdesenvolvidos, a possibilidade de consumo dos indivíduos varia muito. O nível de renda também é função da localização do indivíduo, o qual determina, por sua vez, a situação de cada uma como consumidor e produtor. (SANTOS, 2008, p. 21).

Assim, dadas as assimetrias global-local e aquelas provenientes do próprio espaço sob o qual se estrutura a cidade, é que novos espaços e relações espaciais são produzidos constantemente. Surge, então, desse quadro, um imenso exército de mão de obra que é incorporado por um mundo de “microempresas”, sendo que “O objetivo alegado é permitir à população sair da pobreza e participar do alegre negócio da acumulação do capital. Alguns conseguem, mas para o resto isso significa os grilhões da dívida” (HARVEY, 2011, p. 21).

O espaço urbano passa a ser pensado como um grande negócio. Assim, consideramos, pois, com a grande quantidade de valor agregado, projetam-se ganhos futuros que se apresentam como potência a ser negociada no mercado financeiro, que, então, passa a ditar as regras da produção do espaço e da construção da cidade.

Alvarez (2017), ao analisar o papel do Estado sob a égide do capitalismo financeiro e a ideia de planejamento do espaço, chega à seguinte conclusão:

[...] a centralidade do processo de produção do espaço leva à mobilização do imobiliário como estratégia de acumulação, aprofundando a segregação socioespacial. Observa-se, então, o abandono dos chamados grandes planos

urbanos, orientados e/ou produzidos pela tecnocracia estatal, como instrumentos de racionalização e domínio do espaço, tanto em países centrais como nos periféricos. Por esse processo também se dissipa a concepção de totalidade, característica do urbanismo modernista, que pressupunha a existência do trabalhador (empregado) como porção necessária à própria produção do capital. Na era do domínio das finanças, essa totalidade desvanece, e o sentido das intervenções e projetos urbanos passa a ser exclusivamente o de colocar capitais em movimento e realizá-los na escala das finanças. (ALVAREZ, 2017, p. 74).

Mas, mesmo com todo esse cenário, não podemos jamais esquecer que o espaço é produzido por gente de carne e osso, que acaba sendo protagonista da história, responsável, portanto, pela dinâmica que, por muitas vezes, de forma oculta, acaba por conduzir as relações que se estabelecem na escala urbana. Considerar esse aspecto é condição *sine qua non* para podermos pensar o processo de construção das favelas no Rio de Janeiro, uma vez que esse processo é entendido enquanto resultante das forças que operam o capital por um lado e, por outro, enquanto processos que engendram situações como a resistência, a negociação e os pactos que são estabelecidos com os seus representantes através do Estado. Para isso, é necessário avançar na compreensão da ideia de favela e sua relação com o aparato estatal, vislumbrando-a não como um espaço homogêneo, mas como algo que é dotado de sentidos plurais, que irão estabelecer significativas diferenças a depender do território pesquisado.

Aprofundaremos esse debate na próxima subseção.

## **2. A relação Estado-Favela e a “Batalha do Rio”**

Esta subseção tem como objetivo discutir a relação entre o Estado e as favelas. Tomamos, como base, as análises de Burgos (1999) e Gonçalves (2013) que nos auxiliaram a compreender como a relação entre ambos tem sido marcada por movimentos de aproximação e repulsa. Levamos em consideração que esses movimentos foram fortemente marcados pelos diferentes contextos políticos e econômicos que atravessaram o século XX, de modo que não é possível dissertar sobre o nascimento e a expansão das favelas sem considerar os diferentes atores políticos que passaram a discutir, planejar e intervir nesses espaços.

As primeiras intervenções do Estado começam a ocorrer sempre levando em consideração a favela como um problema e como algo que atrapalhava o progresso.

Nesse caso, efemérides como o centenário da independência acabaram por servir como mote para uma série de intervenções urbanas que afetaram sobremaneira espaços situados nas áreas centrais da cidade, como, por exemplo, o Morro do Castelo.

Sob a administração de Carlos Sampaio, o Morro do Castelo foi simplesmente destruído. A alegação? As comemorações do centenário da independência brasileira e a consequente necessidade de modernizar o espaço urbano. Todavia Abreu (1988) nos revela os principais sentidos dessa ação. Segundo o autor,

Embora fosse um sítio histórico, o Morro do Castelo havia se transformado em local de residência de inúmeras famílias pobres, que se beneficiavam dos aluguéis baratos das antigas construções ali existentes. Situava-se, entretanto, na área de maior valorização do solo da cidade, a dois passos da Avenida Rio Branco, daí porque era preciso eliminá-lo não apenas em nome da higiene e da estética, mas também da reprodução do capital. (ABREU, 1988, p. 76).

Um ponto importante da relação entre Estado e favela é a nomeação de Pedro Ernesto como prefeito do Rio de Janeiro em 1931. Médico de formação, sua política colocou, como prioridade, a construção de escolas e hospitais além do estabelecimento de maiores laços com os moradores das favelas. Segundo Gonçalves (2013), o então prefeito do Rio concedeu subsídios às escolas de samba e abandonou todas as políticas públicas de remoção e reassentamento dos favelados. O autor considera que a importante política estabelecida por Pedro Ernesto deu início ao reconhecimento de fato das favelas, trazendo segurança jurídica aos moradores e levando-os a investir em suas próprias moradias.

Nesse caso, é preciso trazer à tona novamente a relação entre as mudanças materiais e as formas de representação que a favela traz consigo, uma vez que a segunda nem sempre encontra correspondência temporal com a primeira. O processo de construção da imagem de um lugar ou grupo social muitas vezes demanda uma série de ações contínuas, que acaba por requerer vasto lapso temporal. Nesse sentido, levando em consideração o governo Pedro Ernesto, Gonçalves (2013) assinala que se, por um lado, as ações do então prefeito conseguiram trazer luz sobre o debate acerca das favelas no Rio de Janeiro, por outro, não conseguiu sobrepujar as representações sociais que opunham frequentemente os moradores da favelas aos demais moradores da cidade.

Com o fim do governo Pedro Ernesto, foi designado para substituí-lo o Padre Olympio de Melo, sendo este, por sua vez, substituído, logo em seguida, por Henrique

Dodsworth. O governo Olympio de Melo acaba por ser marcado pela promulgação do Código de Obras, em 1937. A partir dessa lei, é dada importância às favelas e aos cortiços da cidade, sendo que, no caso dos cortiços, estava proibida a sua expansão, impedindo que estes fossem reformados, ou seja, a ideia era deixar que os imóveis fossem destruídos pela ação do tempo. No caso específico das favelas, o que se vislumbrava era uma substituição paulatina por conjuntos habitacionais. A solução encontrada foi o investimento nos chamados parques proletários. Gonçalves (2013), entretanto, afirma que esse projeto jamais se consolidou e que os favelados foram removidos para construções de madeira, ficando à espera de habitações definitivas,<sup>3</sup> fato que nunca se concretizou.

Ao dissertar sobre a “descoberta” do problema favela por parte do poder público, Burgos (1999) assinala que as tentativas de intervenção surgem a partir do incômodo que esses diferentes espaços causavam à urbanidade da cidade. O Código de Obras de 1937 e o projeto dos parques proletários surgem como fruto dessa concepção que trata a favela como um problema e como algo que deveria ser aos poucos extinto da paisagem carioca, mas aqui é necessária uma ressalva: a preocupação maior era sem dúvida alguma com sua consolidação e expansão, principalmente, na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, sobretudo, naquelas regiões próximas ao mar.

Sobre esse aspecto do Código de Obras de 1937, Gonçalves (2013) ressalta que:

[...] o artigo só mencionava as vertentes dos morros situados de frente para o mar, o que mostra, de forma evidente, que essas disposições objetivaram apenas proteger os belos bairros balneários da invasão das casas de madeira, e, portanto, das favelas. Ou seja, ao esforçar-se por proibir as mesmas nesses bairros, o código privilegiava o interesse prioritário do mercado imobiliário carioca. (GONÇALVES, 2013, p. 119).

Porém o código de 1937 também é relevante, pois é a partir dele que se estabelece o primeiro conceito jurídico sobre as favelas. O artigo 349 estabelece que “Conglomerados de dois ou mais casebres regularmente dispostos ou em desordem, construídos com materiais improvisados e em desacordo com as disposições deste

---

<sup>3</sup> O livro de Araújo e Salles (2008), ao contar a história de Vigário Geral, mostra que essa favela tem sua origem sob a ideia de um parque proletário cujas instalações seriam provisórias. No entanto, essas instalações acabaram se transformando em instalações definitivas, dada a inércia e o descaso do Estado para com os moradores recém-alojados.

decreto, não será permitido”.

É interessante notar que não havia esforços no sentido de compreender as transformações sociais e políticas pelas quais a capital do país atravessava e de como isto influenciou na expansão desses espaços. As análises fruto, sem dúvida alguma, de uma herança positivista colocavam a culpa e a responsabilidade de forma exclusiva nos moradores. Decerto, as condições materiais também iriam aos poucos forjar elementos e organizações que tratariam de pensar essa lógica sob um outro ponto de vista. Nesse caso, há que se mencionar a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) nas favelas.<sup>4</sup>

O início da década de 1940 marca uma tentativa de atuação dos membros desse partido com os moradores das favelas. Nada melhor do que um trabalhador que habitava esses espaços para compreender os efeitos nocivos e perversos das políticas implementadas pelo Estado. Encontrava-se ali uma oportunidade única para a atuação política do partido e a consequente aquisição de novos membros. Dessa forma, surgem, na esteira desses acontecimentos, duas importantes iniciativas: os comitês populares democráticos, situados em diferentes bairros do Rio de Janeiro, e os subcomitês, situados nas favelas.

Esses órgãos cumpriam o papel de fazer a mediação entre os anseios da população e o Estado. Nesse caso, eram comuns as denúncias das condições precárias de vida na qual as pessoas viviam, bem como as propostas para solucionar as problemáticas apontadas. No que tange a organização desses comitês, a composição mínima deveria ser feita por um presidente, um secretário e um tesoureiro. A ideia era que, a partir dessa formação, esse grupo fosse aos poucos ganhando amplitude, envolvendo os bairros e as favelas como um todo (PINHEIRO, 2014).

O PCB já havia sido extinto no ano de 1948, todavia sua influência na população das favelas continuava marcante. É justamente nesse ano que Carlos Lacerda empreende

---

<sup>4</sup> Em um dos períodos no qual o PCB atua na legalidade, entre 1945 e 1947, há um crescimento exponencial da agremiação tanto em número de filiados, quando o partido chega a conseguir a marca de 200 mil filiados em 1947, quanto em representações parlamentares. Luiz Carlos Prestes, por exemplo, consagra-se o senador mais votado do país. Além do Cavaleiro da Esperança, outros 14 deputados são eleitos representando São Paulo (Jorge Amado foi um dos eleitos), Pernambuco, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Bahia. O PCB se constituía, portanto, no quarto maior partido da Câmara dos Deputados no ano de 1946.

uma série de artigos no jornal *Correio da Manhã* intitulados como “A batalha do Rio<sup>5</sup>”. Neles, Lacerda aponta para a necessidade de maior atuação do poder público nas favelas visando evitar o aumento da influência comunista nestes lugares.

Gonçalves (2013) aponta que a aposta de Lacerda não se tratava de consolidar as favelas no tecido urbano, mas de fazer algumas concessões esperando a sua supressão definitiva, ou seja, promover pequenas melhorias visando fortalecer os seus moradores para que eles buscassem o seu futuro fora dali, ou em outras palavras: “Tolerar sem consolidar”.

É possível, entretanto, apontar certa ambiguidade na ideia de Lacerda com relação às Favelas, essa ambiguidade acaba por afastar da “Batalha do Rio de Janeiro”, os principais interessados: os moradores destes locais.

Essa campanha propunha, assim, a instituição de uma parceria entre os poderes públicos, os diferentes atores sociais e os indivíduos para resolver o problema das Favelas. Mas havia deixado de incluir nessa parceria os protagonistas da batalha: os próprios favelados. Assim, a despeito das repercussões sociais desses artigos, a participação popular foi irrisória, notadamente entre os favelados. A multiplicidade de interesses em jogo e a construção de uma retórica por vezes imprecisa, por vezes ambígua, não permitiam que os favelados entendessem se a batalha era a seu favor ou contra eles. De qualquer forma, o certo é que a batalha não contava com eles. (GONÇALVES, 2013, p.147)

Nesse ponto, há que se abrir uma importante reflexão: a relação entre a classe trabalhadora, principalmente, aqueles pertencentes aos extratos mais pobres, e a cidade vem sendo permeada historicamente por um constante sentido de afastamento. Essa classe é afastada, sobretudo, dos serviços públicos de qualidade, da oferta de trabalho, dos aparelhos culturais e dos espaços onde a própria cidade é pensada e planejada. Estabelece-se, portanto, uma clivagem entre o trabalho e o ato de viver a cidade, em que apenas o primeiro é permitido.

Dessa forma, Barbosa (2017) sinaliza que historicamente a construção de diversos tipos de habitações pela classe trabalhadora sem o crivo governamental representa um enfrentamento à lógica hegemônica do mercado e que essas obras sempre têm sido tratadas pelo Estado como irregulares, ilegais, clandestinas, subnormais e precárias. E, mais do que isso, o não reconhecimento desses lugares de moradia popular

---

<sup>5</sup> Foram escritos precisamente 36 artigos

sempre veio acompanhado da construção de estereótipos de carência e estigmas de violência.

As reflexões acima trouxeram a seguinte indagação: como os habitantes de uma importante Favela do Rio de Janeiro reagiram a tentativa de sua remoção? Quais foram os atos de resistência e como isso foi retratado na mídia da época?

É o que trataremos no próximo item deste trabalho.

### **3. “Nasce Uma Nova Favela Na Estação de Moça Bonita”**

Walter Benjamin assinala que a história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de “agoras”. Afirma o autor que para Robespierre a Roma antiga era um passado carregado de “agoras”, que ele fez explodir do continuum da história, citando a Roma antiga como a moda cita um vestuário antigo.

Construir ou reconstruir a história de uma Favela Carioca traz consigo os seus percalços uma vez que a história destes espaços quase sempre é contada pelas classes dominantes. Este “contar da história”, vem, portanto, impregnado de estigmas, de ode ao vencedor e de estigmatização do outro, tratado como coisa sem valor e mesmo como mero acessório da história.

Marx afirma que “Os homens fazem história, mas não a fazem segundo sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas que defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”, portanto compreender e reconstituir o passado pode servir como fio para a compreensão dos processos atuais. Aqui, pretende-se reconstruir o objeto, dar a ele sentido.

No caso desta pesquisa, pretende-se resgatar parte importante da história da Favela Vila do Vintém. Situada entre os bairros de Padre Miguel e Realengo na Zona Oeste do Rio de Janeiro, esta Favela conta nos dias de hoje com aproximadamente 15.298 habitantes segundo o último censo realizado pelo IBGE, no seu âmago estão situadas duas escolas de samba (Mocidade Independente de Padre Miguel e Unidos de Padre Miguel), Igrejas evangélicas, além da Associação de Moradores local.

Suas primeiras instalações são oriundas da década de 1930, entretanto sua expansão ocorre na década posterior, momento no qual funcionários da Estação de Trem

Moça Bonita começaram a ocupar os terrenos que se situavam próximos a linha férrea.

Importante registrar como o Jornal Tribuna Popular registra a Favela:

A Vila do Vintém é a mais nova das Favelas do Rio de Janeiro. Está nascendo agora. São centenas e centenas de trabalhadores escorraçados da cidade pela crise de moradia. Gente cujo salário insuficiente não lhe permite, sequer, morar numa “cabeça de porco”. Naqueles terrenos que a princípio diziam ser da prefeitura e, agora, já afirmam ter outro dono a viúva Pinheiro Machado, a favela cresce espantosamente com o trabalho diário dos moradores. Não custa nada, é só chegar armar quatro esteios de bambu, cobrir com folhas de zinco e pronto, está construída a nova moradia. (TRIBUNA POPULAR, 1947, p. 4).

A reportagem da Tribuna Popular também atenta para outro importante fato, o periódico faz lembrar que na Zona Sul da cidade “milhares de apartamentos vazios aguardam, indiferentes o leilão das luvas e do quem dá mais”, chamando justamente a atenção para o uso da moradia não enquanto um direito mas como uma mercadoria, problema que dada a própria dinâmica capitalista adensou-se e tornou-se cada vez mais complexo.

Concomitante a isso, subjaz a ideia da moradia enquanto um valor de troca indo, portanto, na contramão da lógica de direitos. É importante salientar que no que diz respeito aos moradores da Favela a lógica de direitos nunca pode ser experimentada na sua plenitude, sendo este espaço urbano alvo de pequenas melhorias por parte do Estado.

Outra lógica subjacente as favelas é a da sua erradicação, a batalha do Rio de Janeiro travada por Carlos Lacerda no final dos anos 1940 é um dos vetores deste juízo, é interessante pensar que mesmo não estando a frente da máquina pública nesta época, que as ideias ali presentes podem ter influenciado uma série de ações do poder público junto as favelas.

Data de 10 de agosto de 1948, uma notícia publicada no Jornal Correio da Manhã que apresenta uma ação judicial movida pelos moradores da Vila do Vintém contra a Prefeitura, na qual estes reclamavam judicialmente de uma ordem que havia partido deste órgão no sentido de derrubar os barracos da Favela. A reportagem conta que:

O sr. João Marques de Almeida e mais 30 componentes da Sociedade Pró-Melhoramentos da Vila do Vintém, na Favela de Moça Bonita, Realengo, requereram ao Judiciário mandado de segurança contra a prefeitura, alegando que um engenheiro dessa repartição, acompanhado de um colega da Fundação Casa Popular e de vários operários, haviam mandado derrubar vários barracos daquela vila, ato que os impetrantes afirmam ser ilegal de vez, ao que dizem na inicial, a área está mantida por decisão do juiz da 5 vara cível. (CORREIO DA MANHÃ, 1948, p. 2)

Em todo caso, a resistência dos moradores não pode evitar a demolição de 46 casas.

A edição 7910 do Diário de Notícias retrata que no dia 23 de março de 1948, funcionários da prefeitura do Rio de Janeiro agiram no sentido de demolir os barracões, tendo os moradores que “pedir abrigo na casa dos vizinhos”. Aqui é importante retratar que a reportagem não mostra uma simples descrição do fato, mas sim, que esta foi motivada por uma ação dos moradores que procuraram a redação do jornal no sentido de denunciar a arbitrariedade cometida pela prefeitura, conformando, portanto, uma ideia de organização, de luta por moradia e de uma eleição importante de um veículo de imprensa para tornar pública a insatisfação dos moradores.

Procurou a nossa redação uma comissão de moradores da Favela da Vila do Vintém, no Realengo, constituída pelos Senhores: José do Couto Pinto, Vicente Correia da Silva, José Bezerra Neto, José Pereira, Paulino Antônio de Meneses, Antônio Leandro Moreira, Manuel Felicíssimo de Castro, Euclides Macedo Silva, Cizínio Jaime Ferreira Leite e Geraldo de Souza Mota, os quais vieram reclamar contra a prefeitura na demolição dos barracões. Apesar de um mandado de manutenção de posse expedido em favor dos mesmos, o qual nos foi exibido, alegaram os reclamantes que no dia 4, quarta-feira, chegaram à Vila, acompanhados por representantes da Construtora da Fundação da Casa Popular Limitada, dois choques da Polícia Municipal e vários funcionários comandados por um engenheiro, e pelo oficial de vigilância, Julio Alcântara, levando a efeito a demolição de 46 barracões, cujos moradores tiveram que pedir abrigo na casa dos vizinhos. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1948, p.9)

Outra estratégia importante utilizada pelos moradores da Vila do Vintém foi a eleição da própria Câmara de Vereadores enquanto tribuna de denúncia das graves violações que estavam sofrendo, aqui o “feitiço vira contra o feiticeiro”, na ocasião, o Vereador Leite de Castro lê na tribuna uma carta escrita pela Comissão de Moradores da Vila do Vintém, no sentido de cobrar providências da prefeitura no que diz respeito a questão das remoções como podemos ver nas páginas do Jornal do Commercio.

Os abaixo assinados, moradores da Favela Vila do Vintém, em Moça Bonita, vem mui respeitosamente, pedir providências para que cessem a derrubada de seus barracões, dos quais já foram derrubados 46, no dia 4 do corrente por dois choques da Polícia Municipal, e ao mesmo tempo ordenar providências em benefício dos favelados<sup>6</sup>. (JORNAL DO COMMERCIO, 1948, p. 4)

Fato é que após a resistência destes moradores, que a Vila do Vintém sai do radar do Estado e as ações da Prefeitura acabam por diminuir. Não é possível dizer que a ação dos habitantes desta Favela conforma-se enquanto único vetor de preservação daquele

---

<sup>6</sup> Por motivos de espaço não é possível reproduzir todo o conteúdo da sessão, mas se o leitor deste trabalho tiver interesse, sugerimos que acompanhe o debate entre os Vereadores Leite de Castro e Gama Filho, no qual descortinam-se as ideias contra e pró-remoção dos moradores.

ambiente, mas que, sem dúvida, a articulação em torno de comissões e a divulgação da situação envolvendo a Favela e o Estado junto aos órgãos públicos e de imprensa possibilitou que o tema ganhasse visibilidade e conseqüente conotação política.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caso da Vila do Vintém, mostra como a luta por moradia pode tomar diferentes formas e contornos. A depender do contexto histórico essa luta pode tomar a forma de um enfrentamento direto aos aparelhos coercitivos do Estado, mas também pode haver outras maneiras de resistências e outros modelos de ação.

Em um contexto no qual o velho vem travestido de novo, no qual discursos que pregam a modernidade trazem em seu bojo lógicas antiquadas e que já julgávamos superadas é preciso utilizar o recurso da história no sentido de compreender que se por um lado ela de fato se repete, por outro também podem ser replicadas movimentos de ação e de resistência visando o direito à moradia e por conseguinte à cidade.

Entendemos que a história aqui registrada é apenas uma pequena parte da rica biografia desta favela e que outros momentos devem ser contados. Para além do estigma da violência que os moradores de Favela carregam, é preciso avançar no sentido de contribuir para registrar também momentos de luta política, de efervescência cultural, de construções identitárias e das lógicas que advém do viver em uma Favela, aliás, viver em Favelas, uma vez que este espaço jamais pode ser compreendido como algo homogêneo.

Por fim, consideramos que é necessário o registro dos espaços ditos “esquecidos” da cidade do Rio de Janeiro. Não se trata aqui de negar as importantes contribuições que registraram o crescimento e a expansão de bairros e Favelas das regiões centrais e sul da cidade, mas de direcionar também a nossa análise para a Zona Oeste Carioca, fruto ainda de importantes, mas tímidas contribuições acadêmicas.

## REFERÊNCIAS

ALVAREZ, I. A. P. Produção do espaço em tempos de crise. *In*: CARLOS, A. F. A.; ALVES, G.; PÁDUA, R. F. de (org.). **Justiça espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, 2017.

Apesar da medida judicial tiveram seus barracões demolidos. **Diário de Notícias**. 7 ago. 1948. Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718\\_02&PagFis=40314&Pe](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_02&PagFis=40314&Pe)

[sq=%22Vila%20do%20Vint%c3%a9m%22](#). Acesso em 1 de março de 2022.

BENJAMIM, W. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. In: **Obras escolhidas. Vol. 1.** São Paulo: Brasiliense, 1987

BURGOS, M. B. Dos parques proletários ao favela-bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: **Um século de favela.** ALVITO, M.; ZALUAR, A. (org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

Câmara legislativa do Distrito Federal. **Jornal do Commercio.** 11 ago. 1948.

Disponível em :

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568\\_13&PagFis=41664&Pesq=%22Vila%20do%20Vint%c3%a9m%22](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_13&PagFis=41664&Pesq=%22Vila%20do%20Vint%c3%a9m%22). Acesso em 1 de março de 2022..

GONÇALVES, R. **Favelas do Rio de Janeiro: história e direito.** Rio de Janeiro: Palas: EdPUC, 2013.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2011.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFEBVRE, H. A produção do espaço. **Revistas Estudos Avançados,** São Paulo, v. 27, n. 79, 2013.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2016.

Mandado de segurança contra a prefeitura. **Correio da Manhã,** 10 ago. 1948.

Disponível em :

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842\\_05&PagFis=47655&Pesq=%22Vila%20do%20Vint%c3%a9m%22](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&PagFis=47655&Pesq=%22Vila%20do%20Vint%c3%a9m%22). Acesso em 9 de fevereiro 2020.

MARX, K. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Boitempo, 2011

Nasce uma nova Favela na Estação de Moça Bonita. **Tribuna Popular,** 4 fev. 1947.

Disponível em: <https://>

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154547&pasta=ano%20194&pesq=%22Vila%20do%20Vint%C3%A9m%22>. Acesso em 10 de fevereiro 2020.

PINHEIRO, M. C. de O. **Dos comitês populares democráticos (1945-1947) aos movimentos de educação e cultura popular (1958-1964): uma história comparada.** 2014. Tese (Doutorado em História Comparada) – Programa de Pós-Graduação em História Comparada, IH, UFRJ, Rio de Janeiro, 2014.

SANTOS, M. O retorno do território. In: **Osai – Observatorio Social de América Latina,** ano 6, n. 16, jun. 2005. Buenos Aires: Clacso, 2005.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países desenvolvidos. São Paulo: EDUSP, 2008.